



1290000544



TCC/UNICAMP N131c

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia



A Cotonicultura Brasileira nos Anos 90: A Crise e a Retomada frente à Globalização

Julio Hidemitsu Corrêa Nagay

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Rinaldo Barcia Fonseca.

Novembro de 1999

Aos meus pais, irmãos e amigos,
que sempre me acompanharam
durante a minha vida acadêmica.

Sumário

1 – Introdução.....	1
2 – O desenvolvimento da cotonicultura no Brasil.....	4
3 – O algodão em São Paulo.....	12
4 – O mercado mundial de algodão.....	16
5 – Conseqüências da crise da cotonicultura nacional.....	24
6 – A reformulação da agricultura no Brasil.....	34
7 – Conclusão: o futuro da cotonicultura nacional.....	38
Bibliografia.....	42

capítulo I

Introdução

A cotonicultura, cultura do algodão, é a base da produção de têxteis, um dos mais importantes setores frente à evolução do sistema agro-industrial. O algodão é uma fibra têxtil natural utilizada na fabricação de variados tipos de produtos, sendo responsável por mais da metade da produção mundial de fibras. Também contribui para o fornecimento de matéria-prima para os mercados de linter, óleos vegetais e rações. A espécie mais valorizada no mercado têxtil é a de fibras longas, sedosas e brilhantes.

A abertura econômica realizada no início dos anos 90, reduziu as tarifas aduaneiras abruptamente de 55% para zero. Ou seja, após um longo período de políticas de proteção ao produto nacional, o algodão brasileiro sofre hoje perdas consideráveis. Isso, pois o processo de abertura brasileira aos produtos estrangeiros foi realizada sem a existência de barreiras de proteção à produção interna, levando a forte perda de competitividade de parte dos agricultores. As importações aumentaram, tornando o Brasil (antigo grande exportador) o maior

importador mundial dessa matéria-prima. Isso afetou diretamente o Balanço de Pagamentos e a indústria têxtil nacional.

A abertura do mercado ocorreu devido à insuficiência da produção nacional para o atendimento da crescente demanda interna. Isto, ao preceder um período de baixa nas cotações internacionais (o sobreaquecimento do mercado mundial de algodão em pluma implicou forte queda nas cotações do produto na temporada 1992/93), aliado a subsídios para exportação por parte de outros países e melhores condições de financiamento externo (taxas de juros de 8% ao ano e prazos de pagamento de até 360 dias), contribuíram para o crescimento das importações.

Como as condições de mercado do algodão em pluma derivam, basicamente, da relação entre a oferta e a demanda, qualquer alteração nessas variáveis exerce influência sobre o nível de preços do produto. Se, por um lado, as internalizações eram necessárias à complementação do suprimento interno, por outro lado, acirraram o cenário desfavorável à comercialização do produto nacional. Neste contexto, no período de 1987/96, observa-se uma grande diminuição na área plantada de algodão no Brasil, passando de 1851 mil hectares em 1987 para 640 mil hectares em 1996.

A diversidade de sistemas de produção e de nível tecnológico entre as regiões e as variedades cultivadas torna a cotonicultura bastante heterogênea no Brasil. A produção brasileira provém de duas raças geográficas ou variedade da espécie *Gossypium hirsutum* L.: uma herbácea e anual, cultivada em todas as regiões brasileiras; uma arbórea e semiperene, cultivada somente no nordeste brasileiro. A região Centro-Sul é responsável por 80% da produção brasileira, apresentando produtividade média de 608kg/ha de algodão em pluma no triênio 1995/97, situando-se acima da produtividade média anual, de 565kg/ha.

No Brasil, a ausência de uma política melhor desenvolvida e definida para proteger a produção nacional, leva o país a importar a quantia de US\$500 milhões de dólares por ano desse produto (em 1996, as importações de algodão em pluma somaram US\$961,7 milhões, conforma dados da Secretaria do Comércio Exterior – SECEX). Diferente de outros países que possuem programas governamentais de

apoio à cotonicultura visando a competitividade no mercado internacional, como EUA (programas de suporte de preços), Uzbequistão e China (ambos com base em investimentos em larga escala de produção).

A liberalização comercial, aliada ao crescimento de exigências qualitativas, impõe ajustes ao sistema produtivo de têxteis de algodão. Novas formas de produção, gerenciamento e administração constituem alternativas para garantir a competitividade.

"A pluma de algodão dos que passam pelos filatórios e teares inteligentes tem sua qualidade e quantidade definidas na roça. Daí ser medida inteligente, por parte desses industriais, preocupar-se com a situação dos cotonicultores" (GONÇALVES, 1997). O restante desse trabalho irá analisar a realidade atual do mercado de algodão brasileiro, passando antes rapidamente por uma análise histórica nacional desse produto e uma análise mundial da cotonicultura. Com isso, serão exibidas as condições para a retomada do crescimento a produção nacional, com os requisitos atualmente demandados pelo mercado internacional.

capítulo II

O desenvolvimento da cotonicultura no Brasil

O algodão sempre foi um produto de grande importância para a economia brasileira. Foi plantado no país pela primeira vez, no século XVI, por padres jesuítas, que exportavam-no em pequena escala para a Europa. Internamente, era utilizado na fabricação de panos grosseiros, com que se vestiam escravos e pobres.

O produto brasileiro fez a Índia perder a exclusividade do comércio. As capitanias de Maranhão e São Vicente foram as maiores produtoras de algodão no Brasil, durante o século XVII. No século seguinte, o algodão tornou-se a principal matéria-prima da recém-surgida indústria têxtil inglesa. Isso permitiu um crescimento ainda maior da capitania de Maranhão. Outro fator que estimulou a cotonicultura nacional da época, foi a Guerra de Independência dos Estados Unidos, que prejudicou a produção deste, contribuindo para que o Brasil aumentasse as exportações de seu produto. Assim, a cultura do algodão espalhou-se rapidamente por todo o território nacional, oferecendo perspectivas econômicas para zonas, que até então, só conheciam a pecuária e a mineração.

Com a Primeira Revolução Industrial, os ingleses começaram a fabricar e exportar tecidos de algodão. Em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, iniciou-se um período de grande comércio com a Inglaterra, que passa a absorver grande parte da produção de algodão brasileiro. Nessa mesma época, é revogado o Ato de 1785 da Coroa portuguesa, que proibía a instalação de indústrias têxteis no Brasil. Ou seja, gradualmente, o algodão nacional deixa de ter importância apenas no âmbito interno, para passar a ter um papel relevante no mercado internacional.

A primeira queda da importância do novo produto agrícola nacional, ocorreu após a Guerra de Secessão norte-americana, quando no decorrer do século XIX, o algodão produzido no sul dos Estados Unidos tem um grande surto. Isso se deve ao aperfeiçoamento técnico adquirido pelos americanos (o descaroçador de algodão de Eli Whitney, criado em 1794, baixou o preço das fibras de algodão, permitindo que os tecidos de algodão fossem produzidos em massa). O Brasil não consegue acompanhar tais desenvolvimentos, fazendo com que a exportação nacional entre em crise pela primeira vez.

A produção brasileira só volta a se erguer com o desenvolvimento da indústria nacional, iniciado no governo de Getúlio Vargas. Depois da crise cafeeira em 1930, quando a economia nacional começava a se modificar (transição da economia com base agrícola para uma economia industrial-urbana), a cultura do algodão, tradicionalmente nordestina, espalha-se pelo Estado de São Paulo, beneficiada pelo IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), que consegue desenvolver uma fibra longa e resistente, semelhante ao produto norte-americano. A cotonicultura brasileira volta a ter peso no cenário internacional. O algodão nacional torna-se um dos principais produtos agrícolas de exportação e de uso interno. Ao longo do século XX, as importações de algodão eram praticamente insignificantes, tamanha era a auto-suficiência da produção nacional.

Com o Plano de Metas, realizado no governo de JK, de desenvolvimento e industrialização do Brasil, a cotonicultura nacional (especialmente o algodão em pluma) sofreu diversas medidas restritivas ao livre comércio, sendo submetida à cotas de exportação, com a finalidade de garantir o abastecimento interno. No final

da década de 60, o controle sobre as exportações tornou-se extremamente rigoroso, com sua proibição total no começo de 1973. Porém, no mesmo ano inicia-se um processo de liberalizações mediante controles quantitativos.

O período entre 1967 e 1974 constituiu um dos momentos de maior intensidade de crescimento econômico nacional e de transformações nas estruturas produtivas, comerciais e financeiras. No nível institucional, as reformas (fiscal, financeira e administrativa) promovidas pela ditadura militar entre 1964 e 1966, deram base para o apoio logístico ao "milagre brasileiro".

As condições favoráveis da economia internacional (no início dos anos 70), em termos de brechas no comércio internacional, de fácil acesso ao crédito externo e de menores restrições ao acesso de tecnologia, permitiram uma política de crescimento acelerado, que não só enxugou rapidamente a capacidade ociosa prévia da indústria nacional, como elevou substancialmente a taxa de investimento da economia.

Entre 1968 e 1970, as exportações brasileiras representavam cerca de 10% do total exportado no mundo. O ano de 1974 foi o marco inicial do declínio das exportações do algodão em pluma: devido a problemas climáticos, a disponibilidade do produto foi menor que nos anos anteriores, o que terminou afetando o volume destinado ao mercado externo.

O incremento das exportações nos anos de 1977 e 1978, foi obtido via política de subsídios (que junto com a forte reconcentração de renda e modernização financeira, provocou um elevado crescimento da produção industrial para o consumo durável e para as exportações: no início, predominantemente de têxteis, vestuário, calçados e outros manufaturados leves), visto que o expressivo crescimento da produção nacional e mundial na temporada, determinou uma queda nos preços internos. Porém, estes continuaram acima da paridade internacional. Apesar do alto preço do algodão nacional, a demanda era grande e conseguiu absorver grande parte da produção interna não-exportada.

Em 1980, novamente devido às condições climáticas, produziu-se um excedente de tipos inferiores de algodão, levando os setores de beneficiamento e de exportação a reivindicarem a retirada do imposto de exportação. Com sucesso,

passaram então a contar com isenção de tributos, o que mais tarde foi estendido aos diversos tipos de algodão. No ano seguinte, o governo federal concedeu prorrogações por 180 dias para o recolhimento do ICM (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias) e por 120 dias para os vencimentos de empréstimos do governo federal ao produto destinado à exportação, nos estados de São Paulo e Paraná. A adoção desse conjunto de medidas permitiu a recuperação dos volumes exportados entre 1981 e 1982.

A ascensão dos preços internacionais, associada à desvalorização cambial e a existência de excedentes de tipos inferiores, propiciaram, em 1983, a exportação do maior volume de algodão em pluma desde 1973. Contudo, no ano seguinte, a quantidade exportada foi reduzida drasticamente.

A implementação da Resolução n. 155 de 1988, do Conselho Nacional de Comércio Exterior, propiciou a liberalização integral das exportações de algodão em pluma, assim como a redefinição da alíquota do imposto de importação, de forma a compatibilizar as tendências dos preços dos mercados internos e externos.

O fim da fase de restrições às exportações foi simultânea ao início do processo de abertura econômica. No mesmo ano, a alíquota de importação do algodão em pluma foi reduzida de 55% para 10%. Portanto, a liberdade de exportação concedida ao produtor custou a liberdade de importação do produto. Isso levou parte dos agricultores a mudarem de atividade e deixar o campo. Pelo lado das exportações, a abertura econômica brasileira, permitiu o escoamento de excedentes de tipos inferiores, não utilizados pela indústria nacional (fato responsável pelo crescimento do volume exportado em 1989). Porém, a redução da produção numa conjuntura de demanda crescente, provocando a elevação dos preços internos a níveis superiores aos praticados externamente, fortaleceu as internalizações, que já apresentavam tendência ascendente desde meados dos anos 80.

Em 1990 assume o governo Collor, com um discurso de "radical combate à inflação e rápida ida ao Primeiro Mundo", implantando, para isso, uma política

econômica neoliberal. As linhas gerais da política econômica que tentou imprimir foram:

- Política antiinflacionária, que evitou a hiperinflação, porém foi parcial e não contou com as necessárias reformas estruturais (fiscal, financeira e tributária) que pudessem sustentar um prosseguimento eficiente.
- Diminuição do papel do Estado, promovendo uma desastrada reforma administrativa, o que piorou mais ainda a qualidade do serviço público no país.
- Política de liberalização comercial voluntarista, visto que o país não dispunha de estudos setoriais sobre a situação produtiva (claramente afetou a cotonicultura nacional). Implementou o Mercosul, fixando um curtíssimo prazo para a anulação das tarifas entre os países membros.
- Sua política agrícola de corte de subsídios teve que ser rapidamente eliminada, em face do desastre que causou à safra 1990/91.

O aumento maciço das importações de algodão em pluma, tornaram o Brasil (antigo grande exportador), o maior importador mundial (os gastos com as importações do algodão em pluma chegou a US\$740 milhões em 1996). Isso afetou diretamente o Balanço de Pagamentos e a indústria têxtil nacional como um todo. Além disso, tal situação acarreta em desemprego e perda de renda.

Balança Comercial Têxtil –1975/97

(em US\$ 1.000.000)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1975	535	114	421
1980	916	120	796
1985	1001	72	929
1990	1248	463	785
1991	1382	569	813
1992	1491	535	956
1993	1382	1175	207
1994	1403	1323	80
1995	1441	2286	-845
1996	1292	2310	-1018
1997	1267	2418	-1151

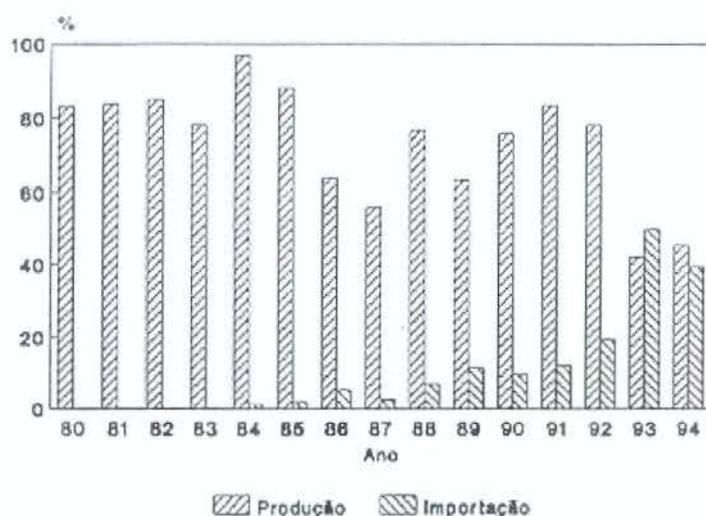
Fonte: SECEX. Elaboração: Abit/Sinditêxtil

À Política Industrial e de Comércio Exterior (implantada em 1990, e que determinou a isenção das importações de algodão em pluma), precedeu uma fase de queda dos preços internacionais, que se estendeu até 1992. A forte redução da produção nacional no mesmo ano, configurou um cenário propício às importações, favorecidas não somente pelos baixos níveis de preços internacionais, mas também pelas atrativas condições de financiamento externo: longos prazos de financiamento e taxas de juros a níveis inferiores aos vigentes internamente. O resultado desse conjunto de fatores, foi a internalização de volumes recordes, que ultrapassaram a produção, e se mantiveram em patamares bastante elevados.

Ou seja, ao contrário de sua posição anterior, o Brasil, a partir de 1989, torna-se o maior importador de algodão (importando aproximadamente 305 mil toneladas por safra), seguido pela União Européia e Sudeste Asiático. Para se ter uma idéia da violenta mudança no setor, pode-se comparar a produção total nacional em 1988, que correspondia a 863,6 mil toneladas, com a produção

interna em 1997, algo em torno de 305,8 mil toneladas ⁽¹⁾. A produção brasileira, no período de 1991 e 1996, caiu de 717 mil toneladas para 340 mil toneladas, com importações aumentando de 106 mil toneladas para 500 mil toneladas e exportações que eram da ordem de 125 mil toneladas em 1991 tornaram-se insignificantes no decorrer dos anos 90. Tem ganho importância no país a nova cotonicultura integrada, com grupos organizando diversos negócios do algodão, incluindo sua produção, as algodoeiras e a fiação. Essa cotonicultura competitiva tende a ser predominante como um imperativo da competitividade.

Participação da Produção e da Importação na Composição da Oferta de Algodão



Brasil – 1980/94

Fonte: CONAB

A abertura do mercado brasileiro ao produto estrangeiro, ocorreu numa realidade do mercado mundial onde, para a agricultura, as tendências apontavam em sentido oposto. Dois aspectos são importantes:

1. o fracasso da Rodada Uruguia do GATT em sua proposta de redução dos subsídios. Os níveis dos subsídios aprovados foram maiores que os vigentes no início das negociações, já considerados altos. Para o algodão, isso torna-se importante, visto que, os EUA e a União Européia (duas grandes economias

cotonicultoras), praticam pesados subsídios, pelos mecanismos de preços e pelo financiamento favorecido das transações.

- a estrutura do mercado mundial de algodão é formada por grandes *trading companies*, que desqualificam a perspectiva de haver livre concorrência. Tais organizações entraram facilmente no mercado brasileiro, com vendas a taxa de juros muito inferiores às praticadas internamente, além de longos prazos de pagamento.

Com a criação do Mercosul (Mercado do Cone Sul – cuja meta é criar uma comunidade econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, facilitando e incrementando o comércio entre eles), o algodão em pluma foi enquadrado na lista de exceções à Tarifa Externa Comum, contrariando expectativas do setor produtivo, no sentido de fixação imediata da tarifa máxima.

Balança Comercial da Indústria Têxtil do Mercosul – 1995/97

(em US\$ 1.000)

Países	Exportação Brasileira			Importação Brasileira			Saldos		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Argentina	177.303	279.171	352.156	294.494	413.477	461.726	-	-	-
							117.191	134.306	109.570
Paraguai	73.280	72.199	75.045	175.797	184.639	100.197	-	-	-25.152
							102.517	112.440	
Uruguai	58.755	56.144	54.448	90.800	89.783	114.435	-32.045	-33.639	-59.987
Total	309.338	407.514	481.649	561.091	687.899	676.358	-	-	-
							251.753	280.385	194.709

Fonte: SECEX Elaboração: Abit/Sinditêxtil

A nova fase da cotonicultura brasileira é composta por plantios em escala, com áreas compatíveis com a mecanização intensa, especialmente na colheita, com estruturas próprias ou por meio de contratos com grandes cotonicultores. Tais estruturas estão ligadas com algodojeiras próprias, quando não com fiações, e atuam diretamente no mercado de pluma ou de fio.

capítulo III

O algodão em São Paulo

Em São Paulo, a cultura o algodão constituiu a principal alternativa no processo de diversificação da agricultura, após a decadência da cafeicultura. A partir de 1930, a cotonicultura do estado apoiou-se em técnicas modernas e pesquisas regionais e, de 1934 em diante, toda a sua lavoura era desenvolvida com variedades paulistas. Ao mesmo tempo, a grande crise cafeeira de 1929 liberou terra e mão-de-obra, criando condições para que o algodão, com tecnologia já disponível, se estabelecesse como uma cultura economicamente importante. Contando, na época, com o apoio governamental para a pesquisa científica e tecnológica que propiciasse ganhos de produtividade e melhoria do padrão qualitativo da fibra, a cotonicultura teve sua fase áurea de expansão da área cultivada na década de 40.

Na tentativa de melhorar a produtividade da cultura, por volta de 1946 foi introduzida a variedade IAC-817, que contribuiu para o rápido restabelecimento dos níveis de produtividade nas safras iniciais da década de 50. Tal variedade permaneceu na lavoura até 1956, quando foram introduzidas sucessivamente as

variedades IAC-9, IAC-10 e IAC-11, que atendiam melhor as exigências da indústria quanto ao comprimento da fibra.

A situação desfavorável no mercado internacional, durante a década de 50, levou ao declínio do cultivo de algodão no estado. Isso contribuiu para a expansão de um outro produto, o amendoim, diante da crescente demanda por óleos comestíveis. Posteriormente, a soja conquistou a supremacia no cultivo de oleaginosas, impulsionada pela procura de derivados no mercado internacional. Pode-se concluir que depois da pastagem, a cotonicultura (relacionado ao estado de São Paulo), foi a atividade que mais cedeu área (15,6%) para o cultivo de soja, cana-de-açúcar e laranja.

A variedade IAC-12 predominou na lavoura a partir da década de 60, destacando-se pela sua alta produtividade e contribuindo para melhorar outras características tecnológicas, além do comprimento, tamanho de capulho e aspecto de campo.

O lançamento da IAC-17, em 1975, ocorreu em um momento em que a cultura encontrava-se em acelerado processo de redução de área e elevados custos de produção. Sua elevada produtividade, 30% superior ao dos cultivares anteriormente lançados e alta resistência à pragas, a fez responsável pela manutenção da cultura em São Paulo.

A elevação da produtividade das lavouras em São Paulo, obtida com o plantio da IAC-17, manteve-se nos anos seguintes com a introdução das variedades IAC-18, IAC-19 e IAC-20. O rendimento médio deslocou-se de 653 kg/ha em 1931/58 para 1892 kg/ha em 1985/89.

A IAC-20 só não herdou o potencial produtivo da IAC-17 com também ampliou expressivamente em mais de 30%.

O algodão figurou entre as culturas que mais sofreram o efeito da substituição de área no estado de São Paulo. Os 235,6 mil hectares cultivados entre 1990 e 1992, representam pouco mais que a metade da área plantada entre 1969 e 1971. Nos anos seguintes a 1992, as áreas foram ainda mais reduzidas, atingindo 149,3 mil hectares (um dos menores cultivos da história da cotonicultura paulista).

Não só São Paulo, mas toda a região Sul/Sudeste (em especial São Paulo e Paraná), ainda a maior produtora nacional, apresenta mais alta redução de plantio (45,7%), diminuindo a área cultivada de 368 mil para 205 mil hectares.

São Paulo, maior consumidor nacional, devido a crise de sua cotonicultura, passou a depender de grandes volumes importados. Isso contribuiu (junto com a oferta de outras vantagens no campo fiscal) para o recente deslocamento do parque paulista de fiações para outros estados.

Produção de Algodão em Pluma por Estado – 1988/96

(em 1.000 toneladas)

Estados	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Rondônia	0	7,7	7,7	7,7	4,7	9,3	11,9	9,8	5,3
Piauí	10,3	16,2	4,8	6,6	6,2	6,2	13,1	13,5	9,3
Ceará	39,6	27,3	19,6	21,7	10,4	4,5	27,3	12,9	12,6
RN	9,8	8,5	3,1	12,8	4,9	0,3	9,7	5,3	9,1
Paraíba	7,8	12,5	4,5	12,7	7,8	0,9	6,2	7,4	7,5
Bahia	91,5	48,8	43,1	45,3	41,7	30,4	45,3	32,4	31,2
Norte/Nordeste	176,9	132,9	88,1	113,9	81,2	53,4	122,2	87,6	81
Minas Gerais	39,6	25,7	28,8	37,2	27,7	27,73	26,3	27	23,1
São Paulo	249,9	187,4	166	123,6	130,8	73,3	83,3	111,2	63,4
Paraná	316,6	289,8	308,8	344,2	335	185,6	146,3	175,7	119,5
Mato Grosso	13,7	19,7	20,4	36,7	29,9	33,6	41,5	38,9	33,1
MS	27,1	27,2	24,5	26,8	32,9	20,2	28	44,8	35,7
Goiás	39,8	26,6	29,1	34,6	29,6	27	35,5	51,9	58,8
Centro/Sul	686,7	576,4	577,6	603,1	585,9	366,8	360,9	449,5	333,6
Total Brasil	863,6	709,3	665,7	717	667,1	420,2	483,1	537,1	414,6

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB/BMF

Como São Paulo não produz quantidades satisfatórias de algodão em pluma, a abertura do mercado brasileiro destruiu as vantagens de custo das

fiações paulistas, antes protegidas: pela tarifa aduaneira, paga pelo produto importado, que dava proteção ao mercado interno; e pela incidência do ICMS na origem das operações interestaduais (que funcionava como uma barreira protecionista entre os estados).

Nas condições de abertura comercial, onde as compras externas tornam-se mais vantajosas, ocorre um progressivo deslocamento espacial da própria indústria têxtil, com perda de competitividade da produção paulista.

capítulo IV

O mercado mundial de algodão

O mercado de algodão experimentou fortes mudanças nas últimas décadas. O consumo do produto praticamente duplicou, passando de 7,6 milhões de toneladas em 1950/51 para 19,2 milhões em 1996/97. O processamento industrial da fibra de algodão rapidamente se concentrou nos países em desenvolvimento. Entre 1950/51, 28% do consumo industrial do algodão se concentrava nos países em desenvolvimento, já em 1996 tal parcela aumentou para 75%. A produção mundial de algodão cresceu com o consumo. Na década de 50, 47 países eram produtores de algodão. Este número pulou para 68 em 1996/97. Os ganhos na produção são resultados dos ganhos em rendimento, com aumento de uma média mundial de 233kg/ha em 1950/51, para 579kg/ha em 1996/97. A área mundial dedicada ao plantio de algodão tem flutuado entre 2,2% a 2,6% da terra arável mundial.

A produção mundial de algodão variou entre 16,7 e 20 milhões de toneladas entre os anos 1991 e 1997. Entre 1998/99 a produção tende a declinar para 83,7 milhões de fardos¹, 7,5 milhões abaixo da safra anterior. Os maiores produtores

mundiais de algodão são os EUA, China, Índia, Paquistão, Uzbequistão e Turquia. Os maiores exportadores são os EUA, Uzbequistão e a África Francesa, com o crescimento recente da Argentina, em termos de participação nesse mercado.

O consumo mundial gira em torno de 18,5 milhões de toneladas. Ele permaneceu estagnado entre 1978/88 e 1995/96 em cerca de 18,5 milhões de toneladas. Porém, em 1998/99 o consumo caiu para 17,8 milhões de toneladas, o segundo declínio consecutivo. Além do menor consumo nos EUA, China e Índia (estes dois últimos, os maiores consumidores do produto no mundo), Rússia, Brasil e Turquia devem consumir menos algodão, devido em parte, às repercussões da crise asiática. Os cinco maiores consumidores mundiais de algodão são: China, EUA, Índia, Paquistão e União Européia. Os maiores importadores tem sido a União Européia, o Sudeste Asiático e o Brasil. Sendo os dois primeiros blocos regionais, o Brasil torna-se a maior nação importadora.

Área, produção e rendimento do algodão em pluma, safras 1995/96 e 1996/97

País	Área (1000ha)		Rendimento (kg/ha)		Produção (1000t)	
	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97	1995/96	1996/97
China	5422	4600	879	828	4768	3810
EUA	6478	5253	602	754	3897	3960
Índia	9650	8500	309	307	2669	2613
Paquistão	3000	3200	588	517	1764	1655
Uzbequistão	1500	1500	833	769	1250	1154
Turquia	742	710	1128	1135	837	805
Argentina	940	900	417	472	392	425
Brasil	973	743	426	463	415	344
Paraguai	310	250	351	401	109	100
Mundo	35382	33527	563	568	19918	19042

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Balanço mundial da oferta e demanda de algodão em pluma, 1990/91 a 1996/97

(em 1000t)

Item	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97
Produção	20832	17952	16700	18620	19992	18804
EUA	3835	3531	3513	4281	3897	4126
China	5683	4507	3745	4333	4768	3810
Índia	2023	2346	2066	2354	2720	2678
Paquistão	2177	1540	1368	1361	1785	1481
Uzbequistão	1443	1274	1321	1258	1250	1045
Turquia	561	574	602	628	837	762
Consumo	18733	18673	18840	18444	18355	18580
China	4463	4681	4638	4398	4246	4137
EUA	2093	2232	2268	2438	2309	2395
Índia	1889	2125	2159	2296	2482	2569
Paquistão	1411	1444	1464	1470	1524	1546
União Européia	1184	1177	1223	1185	1110	1104
Sudeste da Ásia	904	924	981	991	962	988
Importação	6362	5884	6065	6726	5830	5817
União Européia	1038	1034	1131	1073	965	966
Sudeste da Ásia	944	903	986	972	956	999
Brasil	143	37	407	351	370	523
Japão	589	485	434	381	331	310
Coréia	392	373	368	380	337	316
Rússia	849	577	653	470	239	207
China	355	53	176	884	663	370
Exportação	6145	5570	5821	6200	5913	5854
EUA	1447	1132	1494	2047	1671	1372
Uzbequistão	1132	1197	1263	1090	980	936
África Francesa	489	446	441	584	609	713
Austrália	508	369	366	293	305	479
Índia	13	234	66	18	135	261
Paquistão	448	256	69	32	312	87
Argentina	123	65	69	197	218	316
Estoque final	8022	7471	5722	6379	7875	8017
China	2675	2274	1328	2107	3288	3310
EUA	806	769	769	577	568	1023
Paquistão	648	369	369	368	339	225
Índia	557	545	454	595	715	580
União Européia	336	359	359	372	381	389

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA)

Em relação à produção, a primeira posição é alternada entre os EUA e a China, sendo que em ambos, as áreas plantadas mostram quedas. As maiores superfícies cultivadas estão na Índia, que neste aspecto supera os maiores produtores. Já os maiores rendimentos são encontrados na Turquia, China e Uzbequistão.

No período 1990 a 1996, os preços internacionais variaram em torno de R\$0,97/lb. As variações ocorrem em função dos níveis dos estoques internacionais: elevadas quantidades armazenadas geram quedas nos preços, e por outro lado, quedas nas safras fazem os preços se elevarem. Um outro aspecto relevante, quanto ao comportamento dos preços internacionais de algodão em pluma, é o fato de que mesmo nos anos de safras reduzidas, os estoques têm se mantido em níveis elevados. Com isso, tem-se impedido movimentos especulativos violentos, com os preços variando em torno de 14% maiores e menores que as médias anuais. Ainda outro aspecto importante do período em questão corresponde à sazonalidade dos preços, com os maiores valores ocorrendo nos meses de fevereiro a junho, e os menores nos meses de julho a janeiro. Esse comportamento é exatamente oposto à safra brasileira, que concentra-se no primeiro semestre.

O preço do algodão foi mantido em 1990/91 pela diminuição das exportações do algodão produzido nas repúblicas da antiga União Soviética na Ásia Central, uma vez que a capacidade para transportar o algodão para os compradores estrangeiros ainda não estava desenvolvida. Para o mercado de algodão, o impacto do colapso da antiga URSS começou em 1991/92. A oferta de algodão não-exportado da Ásia Central e os estoques acumulados da antiga União Soviética, tornaram-se disponíveis no mercado mundial. O consumo industrial de algodão, no Leste Europeu e na ex-URSS, caiu 786 mil toneladas entre 1989/90 e 1991/92, e os estoques aumentaram 550 mil toneladas no mesmo período. As exportações desta região para o resto do mundo aumentaram de 6% das exportações mundiais, em 1990/91 para 30% das exportações mundiais em 1991/92.

No geral, o comportamento dos preços de algodão em pluma reflete as políticas de sustentação de produção e inserção competitiva, especialmente pelos EUA e União Européia, nações de origem das *trading companies*, que dominam o mercado internacional dessa commodity.

Pode-se dizer que o principal fator determinante de preços é a disponibilidade de oferta nos mercados com relação à demanda, medida pelos estoques como uma proporção do consumo industrial. Isso foi válido para explicar os preços do algodão até a metade dos anos 70, antes da China integrar sua economia ao resto do mundo, e o mercado chinês de algodão afetar o mercado mundial. A China representa cerca de ¼ do mercado mundial de algodão e a dinâmica de seu mercado é diferente dos outros países.

Cada queda no mercado tem sido principalmente o resultado dos altos preços relativos do algodão em relação às outras fibras têxteis e a uma gradual redução nos investimentos para a promoção da atividade algodoeira em um bom número de países.

Período 1997/98

Enquanto o mercado financeiro internacional preocupava-se com a Crise Asiática e seus efeitos sobre o resto do mundo em 1997 e 1998, o consumo global de algodão sofreu apenas uma pequena redução. A contração do consumo do sudeste asiático foi quase totalmente compensada pela elevação nos países produtores de algodão.

A produção mundial cresceu 2% em 1997/98, em relação à safra anterior, para 91 milhões de fardos. Síria, Uzbequistão e Brasil, cada um colheram aproximadamente meio milhão de fardos a mais que o ano anterior. Austrália, Burkina Faso, Turkmenistan e Turquia, cada um, colheram 200 mil fardos a mais. Por outro lado, a safra indiana sofreu uma queda de 1,8 milhões de fardos, enquanto a safra do Paquistão foi 300 mil a menos e Irã 200 mil a menos.

O comércio mundial caiu em 1997/98, visto que as importações chinesas diminuíram em quase 2 milhões de fardos. As importações do Sudeste Asiático

caíram em 600 mil fardos e as brasileiras também no mesmo valor (devido a um aumento da safra nacional). Tais quedas foram em grande medida compensadas por um aumento nas importações do México, Índia e Rússia, o que resultou em uma queda do comércio internacional de apenas 2% em relação ao ano anterior. Os EUA aumentaram suas exportações em 1997/98, assim como parte da África, Síria, Austrália e Paquistão, e ao contrário da Argentina, Grécia e México.

Os estoques finais cresceram no período 1997/98, atingindo a marca de 40 milhões de fardos. A maior parte dos ganhos veio da China, onde os estoques aumentaram 2,1 milhões de fardos. Declínios de estoques ocorreram, por sua vez, na Índia e no Paquistão.

Período 1998/99

Espera-se que o consumo mundial de algodão alcance 86,4 milhões de fardos em 1998/99, o que equivale a aproximadamente 17,811 milhões de toneladas do produto, enquanto os cálculos para a produção apontam para 83,7 milhões de fardos. O expectativa de queda no consumo se dá devido aos efeitos das crise financeira que ocorreu na Ásia, e a menor produção devido a uma menor safra nos EUA, China e Uzbequistão.

O comércio internacional tende a cair em relação ao ano anterior, enquanto as exportações americanas caem e as "estrangeiras" aumentam. O aumento destas últimas ocorrem devido ao aumento das exportações chinesas em 1,8 milhões de fardos em relação ao período anterior. Além do mais, ano a ano, ganhos nas exportações de 100 a 200 mil fardos são observados na Austrália, Tajikistan, Turmenikistan, Egito e Mali.

O maior aumento nas importações em todo o mundo em 1998/99, comparado ao ano anterior, irá ocorrer no EUA: as importações americanas tendem a aumentar aproximadamente 300 mil fardos, substancialmente mais que a maior melhora, 125 mil fardos em Bangladesh. Brasil, Rússia, Índia e Turquia reduziram suas importações em 200 mil e 400 mil fardos. O maior importador

mundial de algodão deverá ser a Indonésia (1,9 milhões de fardos), seguida pela Itália, Coréia e Brasil.

Os estoques mundiais de algodão devem cair para 33,7 milhões de fardos em 1998/99, uma redução de 2,8 milhões em relação ao ano anterior. Exceto a China, os estoques mundiais tendem a crescer. Pequenos aumentos nos estoques estão previstos para um grande número de países. Apenas a Grécia, Argentina e Mali esperam obter aumentos nos estoques na ordem de 100 mil fardos.

As comparações globais de estoques para consumo são freqüentemente feitas primeiro excluindo a China, pois os padrões de consumo chineses, assim como sua construção de estoques, são fracamente integrados com os do resto do mundo. Quando a China forma estoques, o resto do mundo não pode imediatamente ter acesso a tais suprimentos, e quando consome-se algodão na China, ela não tem acesso imediato aos suprimentos do resto do mundo. Apesar disso, a China importa e exporta algodão do resto do mundo, afetando o suprimento mundial.

Oferta e uso mundial de algodão

(em milhões de fardos de 480lb)

ano	estoque inicial	produção	consumo	exportações
1990	24,8	87,1	85,6	29,8
1991	26,9	95,7	86	28,2
1992	37	82,5	85,8	25,6
1993	34,4	76,7	85,5	26,7
1994	26,3	85,6	85,6	28,4
1995	28,3	93	87,1	27,8
1996	33,8	89,4	88,6	26,9
1997	36,7	91,2	88,2	26,3
1998	40,1	83,7	86,4	25

Fonte: United States Department of Agriculture (USDA)

Notas

1. USDA utiliza em suas análises sobre o algodão a medida "*bales*". Esta, pode ser entendida como fardo de 480lb-peso. Esta nova medida tem o mesmo valor que 217,72kg. Considerando 1 arroba sendo igual a 15kg, então 1 *bale* corresponde a 14,51 arrobas.

capítulo V

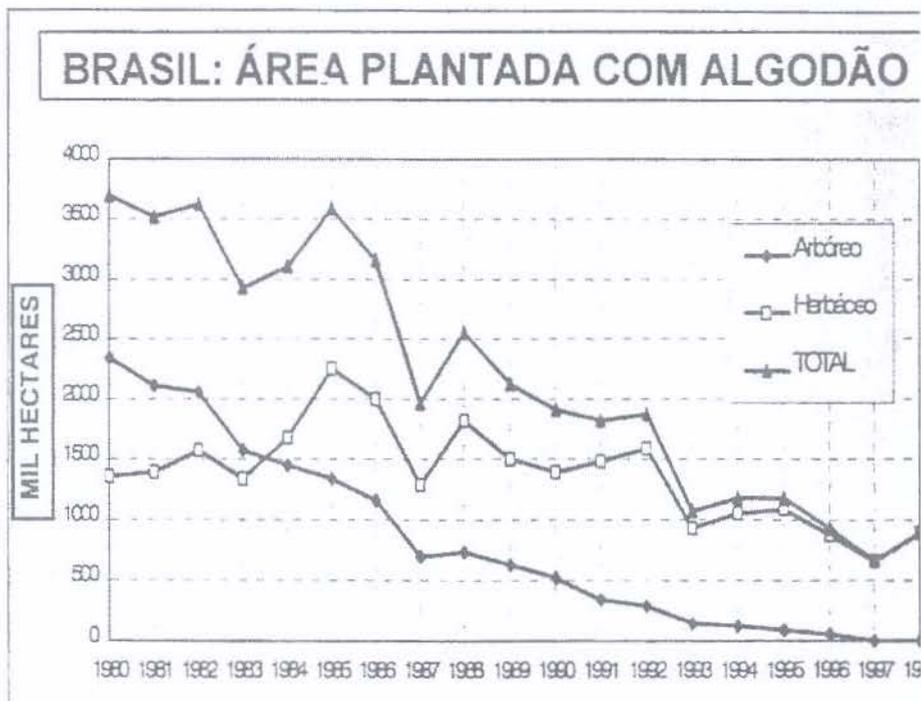
Conseqüências da crise da cotonicultura nacional (*)

O desempenho da produção nacional

A fraca performance da cotonicultura nacional na década de 90, leva a um questionamento sobre a condução e as conseqüências econômicas e sociais advindas da política agrícola adotada no país em relação ao algodão.

Nos últimos anos da década de 80, o Brasil cultivava aproximadamente 2,7 milhões de hectares de algodão, em média. Desses, 1,6 milhão eram plantados na região Nordeste: 700 mil hectares de algodão herbáceo e 900 mil hectares de algodão arbóreo. Esta última variedade sofreu um processo acelerado de redução na área plantada devido à sua baixa produtividade e ao desestímulo decorrente dos baixos preços e da grande incidência da praga do bicudo. A partir de 1996, o cultivo do algodão arbóreo foi dado como extinto no país.

Entre 1995/98 a área cultivada de algodão no Brasil situou-se em torno de 914 mil hectares por ano, em média. Ou seja, desde o início da década deixaram de ser cultivados no país cerca de 2,4 milhões de hectares de algodão.



Fonte: Revista de Política Agrícola – Ano VII – nº 3

A produção média de algodão em pluma era, nos últimos cinco anos da década de 80, de 794 mil toneladas e caiu para a média de 447 mil toneladas nas últimas safras. No mesmo período, o consumo aumentou de 758 mil toneladas para 822 mil toneladas. Nos anos 80, a produção interna satisfazia o consumo nacional.

Área plantada de algodão no Brasil

(mil hectares)

ano	Região Nordeste			Centro-Sul		Total Brasil	
	Árboreo	Herbáceo	Total	Herbáceo	Árboreo	Herbáceo	Total
1980/84	1907	625	2533	843	1907	1468	3375
1985/89	909	712	1621	1059	909	1771	2680
1990/94	282	322	604	965	282	1287	1569
1995/98	76	310	348	573	76	883	920

Fonte: IBGE

O aumento das importações de algodão em pluma está diretamente ligado à queda da produção e dos estoques internos. Nos últimos anos da década de 80, o Brasil importava anualmente cerca de 63 mil toneladas de fibra de algodão. A partir de 1995 o volume importado superou a marca de 350 mil toneladas, enquanto a exportação caiu de cerca de 100 mil toneladas para 15 mil.

Algodão em pluma: oferta e demanda interna e externa

ano	Produção (ton)	Consumo (ton)	Importação (ton)	Exportação (ton)	Saldo (Ex – Imp)	Preço produtor (15/Kg)	Receita produtor (R\$/milhões)
1983	586	557	2	180	178	13,80	1541
1984	675	555	8	32	25	21,95	2820
1985	969	631	2	87	84	13,59	2507
1986	793	737	67	37	-31	13,61	2057
1987	633	775	31	174	143	8,59	1036
1988	864	838	81	35	-46	10,44	1717
1989	709	810	132	160	28	10,68	1443
1990	666	730	86	111	25	7,25	919
1991	717	718	106	124	18	8,15	1113
1992	667	742	168	34	-134	6,00	762
1993	420	830	501	7	-494	5,62	450
1994	483	837	367	4	-363	6,00	552
1995	537	804	282	53	-230	6,64	679
1996	410	820	385	2	-383	7,02	548
1997	307	830	472	2	-470	7,97	466

Fonte: CONAB, tabela retirada da Revista de Política Agrícola – ano VII – nº 3

As perdas de oportunidades de empregos

A cultura do algodão, em cada 5 hectares cultivados, gera diretamente durante o período de seu cultivo e colheita em torno de 2 oportunidades de emprego no campo e indiretamente mais de 2 oportunidades na produção de insumos, transporte, beneficiamento e na resposta da ampliação da renda do algodão nos demais setores (indústria e serviços).

Entre 1985 e 1989, a cotonicultura nacional plantava, em média, cerca de 2,7 milhões de hectares. Estima-se que tal produção gerava algo em torno de 2,1 milhões de oportunidades de empregos. Nas últimas safras, a cultura proporcionou em média 736 mil oportunidades de empregos. Ou seja, neste período, estima-se que deixaram de existir no país, direta e indiretamente, cerca de 1,4 milhão de oportunidades de empregos.

As perdas de oportunidades de emprego na região Centro-Sul foram menores: cerca de 400 mil oportunidades, visto que a redução da área plantada foi inferior à verificada na região Nordeste.

Como a produção interna atende apenas a cerca de 50% do consumo e considerando os níveis atuais de produtividade, o emprego gerado pela cotonicultura nacional poderia duplicar em relação aos níveis de hoje, caso o país fosse auto-suficiente como era na década de 80.

Grande parte dos trabalhadores expulsos da cultura do algodão, principalmente a partir da abertura comercial, estão agravando os problemas sociais observados na década de 90.

Renda do setor agrícola

Tendo como base a produção de algodão em caroço e os preços médios recebidos pelo produtor nacional, nos meses de comercialização da safra (março a agosto de cada ano), estimou-se (BIEHL et ZANDONADI, 1998) o valor bruto da produção nacional de algodão, que representa a receita gerada na agricultura representada pela atividade algodoeira por ano safra.

A receita prevista dentro dos limites das propriedades rurais, ou seja, o valor bruto da produção nacional de algodão caiu de R\$1,7 bilhão (média do período de 1985 a 1989) para uma média de 588 milhões nas últimas três safras. Com isso, cerca de R\$1,2 bilhão deixaram de circular na economia agrícola interna e, conseqüentemente, outras perdas aconteceram nos demais setores da economia, devido aos valores agregados e ao efeito cascata.

A redução do valor bruto da cotonicultura nacional pode ser atribuída a dois fatores: 1- queda da produção interna, devido a diminuição da área plantada, apesar do moderado aumento de produtividade; 2- redução do preço real do algodão no mercado interno, que caiu de R\$11,4 por arroba de algodão em caroço, para R\$7,00.

Balança comercial

Com a abertura comercial e a existência de grandes excedentes de fibra de algodão no mercado mundial, o Brasil absorveu os preços distorcidos do mercado internacional praticados nos portos, os quais, devido a subsídios e vantagens nos financiamentos à exportação, eram diferentes dos registrados nas bolsas.

Apesar de condenado pelas normas do livre comércio, em razão de eliminar os excedentes de estoques, o mercado internacional usou práticas desleais de comércio por meio de subvenções nos preços, financiamentos e outras vantagens comerciais. Com isso, o Brasil concretizou grandes importações, que provocaram concorrência predatória à produção interna de algodão.

A queda das exportações brasileiras ocorreu, principalmente, a partir de 1991, com algodão em pluma, óleos e fios, ao passo que aumentaram as exportações de tecidos, que não ocorreram em níveis suficientes para compensar a queda das vendas dos demais produtos. Para manter o nível do consumo interno, houve a necessidade de aumentar substancialmente as importações de algodão e derivados. No final dos anos 80 o país importava em média 60 mil toneladas de algodão. Atualmente as importações atingem a casa

das 350 mil toneladas. Em termos de valor, em 1997, as importações de algodão e derivados atingiram cerca de US\$ 1 bilhão.

O saldo da balança comercial no segmento de algodão e derivados, que na década de 80 era superavitário (em média, US\$350 milhões por ano), em 1997 é deficitária em US\$700 milhões. O agribusiness nacional, ligado à atividade algodoeira, passou de essencialmente exportador para importador.

“O desequilíbrio verificado nos negócios internos de algodão aconteceram em nome de uma política interna de total liberdade de mercado a qualquer custo e a qualquer preço. Enquanto os nossos concorrentes adotaram no mínimo o conceito universal de livre concorrência, liberdade de mercado desde que exista igualdade de condições na produção e na comercialização” (BIEHL et ZANDONADI, 1998).

Brasil: comércio externo de algodão e derivados

ano	Importação (mil US\$)	Exportação (mil US\$)	Saldo comercial (mil US\$)
1987	52.062	553.442	501.380
1988	113.248	413.666	300.418
1989	228.675	471.746	243.071
1990	171.737	428.414	256.677
1991	198.025	470.746	272.721
1992	224.412	396.250	171.838
1993	691.627	273.642	-417.985
1994	765.861	312.209	-453.652
1995	901.730	413.032	-488.698
1996	998.906	290.232	-708.674
1997	943.302	247.459	-695.843
Med 87/89	131.328	479.618	348.290
Med 90/94	410.332	376.252	-34,080
Med 95/97	947.979	316.908	-631.072

Fonte: CACEZ/CECEX/BACEN, tabela retirada da Revista Política Agrícola – ano VII – nº 3

No período 1991/96, a parcela financiada chega a 92% do total importado no final do período. Logo, no caso do algodão, o acesso ao financiamento externo acoplado às importações é maior do que se verifica no conjunto das importações. Além disso, ocorreu uma significativa dilatação dos prazos dos financiamentos (aumento das percentagens relativas ao prazo entre 180 e 360 dias).

Algodão em pluma. Valor das importações segundo a forma de pagamento – 1991/96

(em US\$ milhões e em %)

Anos	Total geral	Forma de pagamento				
		À vista	Financiadas			
			total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais de 360 dias
1991	180 (100)	96 (53,3)	84 (46,7)	72 (40)	12 (6,6)	-
1992	218 (100)	122 (55,9)	96 (44)	76 (34,8)	20 (9,2)	-
1993	687 (100)	149 (21,7)	538 (78,3)	445 (62,4)	93 (13,5)	-
1994	585 (100)	140 (24,9)	445 (76,1)	313 (53,5)	132 (22,6)	-
1995	564 (100)	96 (17)	467 (83,8)	169 (29,9)	298 (52,8)	-
1996	858 (100)	70 (8,2)	788 (91,8)	170 (19,8)	613 (71,4)	5 (0,6)

Fonte: Secretaria da receita federal, tabela retirada do Texto para Discussão nº 498 IPEA

As implicações sociais e econômicas

A perda de competitividade da cotonicultura brasileira a partir da abertura comercial do início da década de 90 pode ser explicada pelos seguintes fatores:

1. Total liberdade de importação
2. Valorização do câmbio após a implantação do Plano Real, que tornou a importação de matéria-prima mais barata

3. Grande disponibilidade de crédito nas importações com prazos superiores a 1 ano e juros favorecidos
4. Política agrícola interna que não se preocupou com a sustentação de renda e remuneração do produtor de algodão
5. Aumento do custo Brasil devido à elevação dos encargos financeiros, fiscais e previdenciários e custo de mão-de-obra
6. Baixos investimentos devido à baixa remuneração da atividade
7. Retomada dos fluxos internacionais de capitais em direção ao Brasil, o que levou a uma expansão das importações e, especialmente, das importações financiadas

A existência de grandes excedentes de matéria-prima no mundo, nos primeiros anos da década de 90, gerou uma disputa pelo mercado e induziu ao uso generalizado de práticas desleais de comércio: por esse motivo, o Brasil, que assumiu uma política liberal em relação ao mercado externo, passou a importar algodão e derivados sem nenhum tipo de controle. O setor produtivo interno incorporou o impacto negativo dos baixos e subsidiados preços externos, inibindo a sua capacidade de produzir matéria-prima, de incorporar tecnologia e conseqüentemente de concorrer. A partir de então o Brasil tornou-se um grande importador. Além disso, dado o baixo custo de transporte do algodão como percentagem do preço, mesmo pequenas diferenças internacionais de custo de produção podem dar lugar a fluxos de comércio.

Não se assegurou as mesmas condições de produção e de comercialização oferecidas no exterior, ao produtor brasileiro. Este deixou de concorrer com os produtores externos.

Deve-se notar que a queda global da produção de algodão na década de 90 atingiu principalmente as regiões Nordeste, Sul e Sudeste, estando em elevação a produção no Centro-Oeste. Existe uma diferença marcante entre as tecnologias aplicadas à lavoura do algodão nas diversas regiões do país. Enquanto nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste o processo de colheita é manual, no Centro-Oeste, que é uma região de cultura mais recente, predomina amplamente a colheita mecânica. Em conseqüência, nas primeiras regiões o gasto com mão-de-obra temporária representa cerca de 40% do

custo direto da produção de algodão. Estima-se que o gasto com mão-de-obra na região Centro-Oeste seja cerca de 3 a 4%, em virtude da mecanização da cultura.

Como o preço da mão-de-obra temporária dobrou entre julho de 1994 e julho de 1995 (primeiro ano do plano Real), ao mesmo tempo em que o preço dos demais itens de custo agrícola aumentaram menos de 10%, a competitividade do algodão diante das demais culturas certamente se reduziu nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, mas não na região Centro-Oeste, e isso deve ser considerado na explicação da queda da produção de algodão nas regiões de mais antiga produção algodoeira.

As regiões brasileiras mais afetadas e que perderam maior volume de área plantada e produção foram as que detinham menor tecnologia, menor produtividade e os maiores problemas sociais: o nordeste brasileiro. Esta mesma Região recebeu incentivos do governo com o intuito de gerar emprego, para modernizar o seu parque industrial têxtil. Atualmente, a região detém o mais moderno parque têxtil do país.

As indústrias de estados não-produtores são estimuladas a importar o algodão do exterior em vez de adquiri-lo no mercado interno. Isso pois, quando o produto vem do exterior, os estados recebem todo o ICM e, na compra no mercado interno, recebem apenas uma parte do imposto, visto que a maior parcela fica com o estado de origem do algodão adquirido.

O fato do Brasil ter deixado de cultivar, nos anos 90, uma área de algodão de aproximadamente 1,7 milhão de hectares, representa também deixar sem trabalho cerca de 1,5 milhão de trabalhadores brasileiros.

Atualmente a produção nacional é insuficiente para atender as necessidades internas e já depende em 50% das importações. Nem mesmo a isenção do ICMS na exportação, que atua como se fosse um câmbio especial, foi suficiente para estimular a exportação de algodão e derivados.

Hoje, a situação da atividade algodoeira é adversa ao agribusiness nacional. Com a redução na disponibilidade de matéria-prima no mercado internacional, os países detentores da fibra de algodão estão favorecendo as próprias indústrias e conseguido vantagens para concorrer no mercado

internacional de manufaturados. Dado tal contexto, o Governo brasileiro elevou a margem do imposto de importação para manufaturados a título de defesa da indústria nacional, discriminando o mercado interno produtor de matéria-prima, ao manter as tarifas de imposto de importação próximas de zero.

Produtores de algodão e agroindústrias do ramo de beneficiamento, por falta de remuneração, foram obrigados a reduzir a atividade: tornou-se econômica e financeiramente incapaz de se continuar produzindo na mesma escala que produzia antes, aumentando assim, os gastos com importações. A política agrícola, de forma equivocada, permanece tentando resolver o problema da produção de algodão no Brasil através de mecanismos de crédito, que se revelam um instrumento ineficaz para o objetivo a que se propunha: aumentar a produção e gerar estabilidade econômica para os agentes de produção. O problema da atividade era de ordem econômica, baixa remuneração decorrente de preços depreciados recebidos pelos produtores.

Logo, o direcionamento da política interna e externa do algodão está errado. O Brasil e os estados perdem receitas, divisas e emprego; o agribusiness perdeu capacidade de produzir mercadoria e incorporar tecnologia; a renda caiu e seus ativos se desvalorizaram. O consumidor, depois de receber temporariamente alguns benefícios via preços subsidiados, está agora pagando mais caro por roupas e sustentando o segmento industrial. Na condição de contribuinte, arca com o ônus e as pressões sociais de desempregados da cotonicultura.^(*)

^(*) Este capítulo tem como base o artigo: "Implicações sócio-econômicas do abandono da cultura do algodão no Brasil", de Biehl et Zandonadi, publicado na Revista de Política Agrícola – ano VII – nº03 – 1998.

capítulo VI

A reformulação da agricultura no Brasil

A agricultura brasileira está se reformulando frente ao desafio da competitividade no mercado interno e externo. Tal reestruturação compreende seis características fundamentais:

1. Produção com escala. A redução dos custos de produção tem sido acompanhada por uma diminuição nas margens de lucro. Margens menores, relativamente baixas na atividade agrícola, exigem eficiência para mantê-las e escala de produção para permitir um nível de renda compatível com determinado padrão de vida.
2. Especialização, diferenciação no mercado. O consumo está se diversificando, formando nichos de mercado. Novos produtos surgem, novas embalagens, novos processos agro-industriais que diferenciam um produto de outro. A qualidade desempenha um papel importante neste processo. E, os primeiros a entrar nesses mercados vão usufruir de vantagens em termos de preços. Nos mercados diferenciados, a tecnologia desempenha um importante papel. É fator de competitividade disponibilizar a produção e organizar a comercialização, de modo a atender à demanda em tempo oportuno e com qualidade.

3. Tecnologia como o mais importante fator da produção. A produção cresce com um aumento sustentado de produtividade do fator trabalho e terra, e bem menos pela expansão da área cultivada. O significado disto é a incorporação progressiva de tecnologia mecânica (substituindo a mão-de-obra) e químico-biológica (substituindo a terra). Além disso, a tecnologia organizacional é cada vez mais importante na conquista de mercados, nos aspectos de comercialização e agroindustrialização.
4. Menos interferência do Governo no mercado. As ações governamentais tendem a ser cada vez mais gerais e menos específicas quanto a setores. Mais importante é a estabilização econômica, os juros, o câmbio e o incentivo a modernização tecnológica.
5. Expansão do agrobusiness, com agregação de valor. Parcerias com empresas eficientes de outros países podem ser formas inteligentes de manter e ampliar mercados. Propõe-se uma seleção criteriosa de produtos a serem processados e diferenciados, voltado para mercados identificados.
6. Deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste. A produção de grãos vem se deslocando para os cerrados do Centro-Oeste brasileiro. Os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí e Maranhão produzem aproximadamente 37% do milho brasileiro e 45% da soja nacional. Esta tendência de deslocamento da produção de grãos para o Centro-Oeste deve se fortalecer nos próximos anos. Isso, pois são inúmeras as vantagens: terras baratas, em grandes extensões e mecanizadas, corredores multimodais de transporte, etc.

“Embora não de uma maneira uniforme no tempo, a agricultura comercial evolui, encontra aos poucos o seu caminho na eficiência produtiva, com redução de custos e aumento da produtividade. No processo de ajuste de um mercado fechado para mercados globalizados, de interferências governamentais freqüentes para maior liberdade de mercado, muitos pequenos produtores ficaram à margem do processo. A migração rural-urbana não foi suficiente para absorver quantidades significativas de mão-de-obra não-qualificada. Assim, o custo social do ajuste é grande” (PORTUGAL et CONTINI, 1997).

A agricultura pode contribuir eficazmente para o desenvolvimento da economia, se ela for modernizada através da adoção de uma nova tecnologia de produção. Pode-se a partir daí considerar dois casos:

1. A nova tecnologia de produção é adotada para as principais commodities de subsistência e/ou consumo doméstico. Como tal tipo de produto tende a Ter uma demanda inelástica, a medida que se expande a oferta tecnologicamente dirigida, o preço desta commodity tende a cair. Este declínio no preço é equivalente a um aumento na renda real do consumidor de tal mercadoria. Se esta é amplamente consumida, a distribuição deste aumento na renda real pode ser difundido na economia. Outra vantagem é que a população de baixa renda é beneficiada, visto que tal gasta grande parte de sua renda em alimentos.
2. A nova tecnologia é voltada para commodities exportáveis. Neste caso, o preço destas não deve cair, mas ainda pode haver uma grande contribuição para o desenvolvimento econômico, pois a nova tecnologia tornará o setor de exportação mais competitivo no mercado internacional. Se o aumento na competitividade internacional for abrangente, a taxa de câmbio poderá aumentar, permitindo um igual aumento na renda real.

A agricultura pode contribuir com o desenvolvimento da economia

Se o Brasil implementasse uma política mais construtiva para a agricultura, esse amplo e bem-dotado setor poderia contribuir para o desenvolvimento econômico, além de propiciar uma distribuição mais justa de renda.

Uma política eficiente para a agricultura exige uma política macroeconômica também eficiente, sendo indispensável que as políticas monetária e fiscal sejam neutras, ou seja, o orçamento precisa estar equilibrado, e a inflação precisa ser trazida para perto de zero. Com isso, o valor da moeda teria condições de variar com as taxas de câmbio do mercado externo.

Outro fator importante para a criação de um adequado ambiente econômico para a agricultura é uma acertada política de crédito agrícola. As regras do setor creditício precisam ser reduzidas ao mínimo possível, e as taxas de juros devem ser determinadas pelas forças do mercado, e não por decreto governamental.

“A combinação das políticas comercial, cambial e creditícia deve estabelecer um ambiente econômico saudável para o setor agrícola, inclusive oferecendo incentivo para que a poupança e o investimento atinjam taxas adequadas” (SCHUH, 1997).

Outro importante componente dessa política é proporcionada pelos investimentos públicos, que favorecem o crescimento e o desenvolvimento econômico:

1. Pesquisa agrícola, gerando novas tecnologias de produção.
2. Revitalização dos programas de graduação nas ciências agrícolas.
3. Educação básica nas áreas rurais.
4. Saúde e nutrição
5. Infra-estrutura física: investimento em vias de acesso e estradas vicinais, das propriedades até o mercado.

capítulo 7

Conclusão: o futuro da cotonicultura nacional

Com déficit da balança comercial, apresentado pela “economia do algodão”, durante grande parte da década de 90, o Governo federal realizou algumas medidas com o intuito de reduzir os diferenciais de estímulo às importações.

Decisões do Banco Central do Brasil, tomadas no ano de 1997, exigindo dos importadores a contratação do câmbio no dia imediato após o desembarque e a imposição de multa no descumprimento da regra, tiveram efeitos diretos no mercado brasileiro de pluma. Isso iguala, apesar de tardiamente, o tratamento cambial dado a exportadores e importadores brasileiros e recompõem as condições competitivas da produção nacional de algodão. Passa a interessar aos industriais têxteis internalizarem créditos em valores monetários e realizarem práticas de contrato com os cotonicultores para compra antecipada de matéria-prima. Com isso, elimina-se com o pagamento à vista das importações um dos fatores básicos da concorrência desleal do algodão importado.

A retomada da cotonicultura não reproduziu a velha. A nova cotonicultura em expansão, principalmente na região Centro-Oeste, realiza a

transformação da base técnica da cultura, aproximando-a do padrão soja, elimina a sazonalidade com a mecanização da colheita. A qualidade do algodão colhido com máquinas é superior ao produzido a partir da década de 60 (quando o sistema de colheita manual “panha maçã a maçã” foi substituído pelo “rapa”). Os custos são menores quando comparados com os custos de colheita pelo “rapa” (este gira em torno de R\$1,89/@, enquanto que com a colheita mecânica tal gasto atinge R\$0,87/@).

Um outro aspecto limitante à retomada com bases estruturais anteriores, corresponde ao fato de que a abertura comercial brasileira, (e a abertura do mercado ao algodão importado) foi acompanhada da desmontagem das estruturas de intervenção do Estado (que haviam dado sustentação à velha cotonicultura). A própria expansão do algodão no Centro-Oeste, realizada com base nas grandes lavouras mecanizadas, passou a ser realizada pela introdução de variedades dos EUA, como a Deltapine Acala 90 e australianas, como a CS 50. Essa desregulamentação deriva de uma característica fundante da nova cotonicultura: a grande lavoura, por si mesma, ao abranger grandes volumes de produção, sucateia o modelo de obtenção da homogeneidade da fibra com o uso da variedade única. Deve-se considerar, no entanto, que a importação de material genético pode trazer grandes problemas ao futuro da cotonicultura brasileira.

Além disso, a nova cotonicultura redefiniu o papel das algodozeiras dentro do complexo têxtil. A principal inovação consiste no fato de que a colheita mecânica de grandes áreas permite o transporte a granel, reduzindo custos de carregamento e sacaria, e descarregamento com sistemas de alimentação automatizado. Essa associação entre a cotonicultura e a algodozeira gera significativos ganhos de produtividade, qualidade e eficiência, eliminando as tulhas e reduzindo a demanda sazonal de mão-de-obra.

“O desafio fundamental das políticas públicas para a cultura consiste em engendrar mecanismos e ações que permitam aliar os ganhos em escala com o plantio de pequenas e médias lavouras. Com isso, poderiam os arrendatários e proprietários cultivarem algodão com sucesso e obtendo, com o uso do

padrão tecnológico de ponta, rendas líquidas elevadas o suficiente para permitirem sua reprodução” (GONÇALVES, 1997).

Em grandes lavouras as rentabilidades são maiores do que em relação a pequenas e médias. Grandes lavouras, com produtividades de 250@/ha, com áreas médias de 230ha, obtêm custos de R\$5,08/@ e margens de 27 a 38% para preços do começo e final de safras. Tais margens são bem maiores, se comparadas a das pequenas lavouras (2 a 16%) e médias lavouras (11 a 24%). Estas últimas não seriam suficientes para gerar uma renda satisfatória ao agricultor, ao contrário da renda gerada pela grande lavoura.

O direcionamento político demandado pela nova cotonicultura

Para se reverter o quadro de queda da produção e perdas de divisas e empregos, a política agrícola para o algodão e a agroindústria deve ser reformulada e adotar instrumentos que resolvam o problema de remuneração do agricultor e do beneficiador, sustentando renda e gerando emprego. Isso eleva a capacidade de poupar do setor, algo necessário para que se possa retomar os investimentos no processo produtivo e de comercialização. Considerando para tal política o princípio do livre comércio, de globalização e integração regional, impõe-se oferecer ao produtor nacional uma política que proporcione condições semelhantes de produção e comércio dadas aos produtores de países concorrentes.

Devem ser implantadas medidas que melhorem a remuneração da atividade e que estimulem a demanda pela produção interna, reduzindo o risco econômico de produzir e beneficiar algodão. Destacam-se:

1. Aplicação de cláusulas de salvaguarda contra as práticas desleais de comércio
2. Redução das vantagens, em relação às praticadas no mercado interno, de juros e prazo de pagamento dos financiamentos de importação de algodão e derivados

3. Implantação de uma efetiva Política de Garantia de Preços Mínimos e de apoio à comercialização da produção nacional, oferecendo condições semelhantes às existentes no processo de importação
4. Redução dos encargos fiscais e sociais incidentes sobre a produção nacional, reduzindo então o custo Brasil
5. Investimentos em pesquisa e em infra-estrutura de transporte, armazenagem e beneficiamento, fatores que afetam diretamente o custo Brasil, mas demandam investimentos de longo prazo para a sua concretização.

Seguindo tais passos, a nova cotonicultura brasileira irá se tornar competitiva e capaz de retomar a hegemonia nacional e internacional.

Bibliografia

BARBOSA, Maria Zeferino. **Efeitos de alterações no mercado de algodão sobre o consumo de fertilizantes na cotonicultura brasileira, no período 1987-96.** Revista Informações Econômicas 28 (2), 1998.

BARBOSA, Maria Zeferino. **Transformações do mercado brasileiro de algodão e a influência de políticas comerciais.** Revista Informações Econômicas

BECERRA, Carlos A. Valderrama. **O mercado mundial de algodão.** Revista de Política Agrícola – anoVII, 1998.

BIEHL, Hugo e ZANDONADI, Renato. **Implicações sócio-econômicas do abandono da cultura do algodão no Brasil.** Revista de Política Agrícola – ano VII, 1998.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (Des) Ordem Internacional.** 4.ed. – Campinas, SP – Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1995.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Era da Incerteza.** 8.ed. – São Paulo: Pioneira, 1986.

GONÇALVES, José S. **Política do algodão: JK às avessas.** Revista Informações Econômicas 26 (2), 1996.

GONÇALVES, José S. **Crise do algodão brasileiro pós abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada de expansão em bases competitivas.** Revista Informações Econômicas 27 (4), 1997.

MACDONALD, Andrew. **A crise do algodão tem solução.** Revista de Política Agrícola – ano VI, 1997.

PORTUGAL, Alberto Duque e CONTINI, Elisio. **As grandes transformações na agricultura brasileira.** Revista de Política Agrícola – ano VI, 1997.

REZENDE, Gervásio de Castro, NONNEMBERG, Marcelo e MARQUES, Mariano. **Abertura comercial, financiamento das importações e o impacto sobre o setor agrícola.** IPEA – Texto para Discussão nº 498, 1997.

SCHUH, G. Edward. **A agricultura no Brasil: política, modernização e desenvolvimento econômico.** Revista de Política Agrícola – ano VI, 1997.

Sinditêxtil: www.rqm.com.br/sinditextil

USDA. **Cotton and Wool Yearbook**, november 1998. Washington, DC.